

**Eólica Brisa  
Energias Renováveis S.A.**



**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2025 e relatório  
dos auditores independentes**



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Brisa Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de abril de 2025, sem ressalvas.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como

Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.




Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1

## Índice

### Demonstrações financeiras individuais

Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente .....	4
Demonstração dos fluxos de caixa .....	5
Balço patrimonial .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5	Receita.....	11
6	Custos e despesas.....	12
7	Resultado financeiro líquido .....	12
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	13
9	Aplicações financeiras .....	13
10	Fundo de liquidez – conta reserva .....	13
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	14
12	Contas a receber de clientes .....	14
13	Imobilizado .....	15
14	Financiamentos .....	17
15	Fornecedores.....	18
16	Provisão de ressarcimento .....	18
17	Provisões para litígios.....	20
18	Obrigações com desmobilização de ativos.....	21
19	Partes relacionadas .....	22
20	Imposto de renda e contribuição social .....	22
21	Patrimônio líquido.....	23
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	24

**Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita líquida	5	18.615	21.520
Custo com energia elétrica	6	(4.475)	(1.396)
Custo com operação	6	(8.370)	(6.707)
<b>Lucro bruto</b>		<b>5.770</b>	<b>13.417</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	6	(30)	(326)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(59)	(5)
		(89)	(331)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>5.681</b>	<b>13.086</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	7		
Receitas financeiras		7.617	4.996
Despesas financeiras		(5.072)	(5.035)
		2.545	(39)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>8.226</b>	<b>13.047</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	20	(3.724)	(1.541)
Diferidos	20	-	414
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>4.502</b>	<b>11.920</b>

**Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

---

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício	4.502	11.920
Resultado abrangente do exercício	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>4.502</b>	<b>11.920</b>

**Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>8.226</b>	<b>13.047</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		1.269	3.636
Depreciação e amortização	6	3.849	3.722
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	131	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	9.649	3.337
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	511	405
Apropriação de custos de captações	7	287	287
Rendimentos sobre fundo de reserva		(6.752)	(3.920)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	192	176
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	271
		<u>17.362</u>	<u>20.961</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(106)	875
Tributos a recuperar		(388)	(234)
Estoques		(519)	173
Demais créditos e outros ativos		1.108	(970)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>			
Fornecedores		(290)	107
Tributos a recolher		(1.340)	(661)
Arrendamentos		-	(586)
Encargos setoriais		-	1
Pagamento de ressarcimento	16	(4.404)	(2.746)
Demais obrigações e outros passivos		2.029	(206)
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>		<u>13.452</u>	<u>16.714</u>
Juros pagos sobre financiamentos	14(c)	(2.969)	(3.411)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(271)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(1.616)	(733)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>8.867</u>	<u>12.299</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		2.229	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		(7.277)	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		-	(6.466)
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.059)	(5)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<u>(6.107)</u>	<u>(6.471)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Liquidação de financiamentos	14(c)	(5.815)	(5.718)
Liquidação de arrendamentos		-	(60)
Aumento de capital	1.1.1(a)	5.000	-
Pagamento de dividendos		(113)	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<u>(928)</u>	<u>(5.778)</u>
<b>Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>1.832</u>	<u>50</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>5.049</u>	<u>4.999</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u>6.881</u>	<u>5.049</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.**  
**Balço patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.881	5.049
Aplicações financeiras	9	269	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	-	1.970
Contas a receber de clientes	12	1.977	1.871
Estoques		519	-
Tributos a recuperar		1.341	775
Outros ativos		159	1.008
		<u>11.146</u>	<u>10.673</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	58.015	42.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	180
Tributos a recuperar		2	-
Outros ativos		-	282
		<u>58.017</u>	<u>42.478</u>
Imobilizado			
Intangível	13	56.198	57.703
		813	1.036
		<u>57.011</u>	<u>58.739</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>126.174</u></b>	<b><u>111.890</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante			
Financiamentos	14(a)	5.816	5.676
Fornecedores	15	799	1.063
Tributos a recolher		1.212	444
Encargos setoriais		-	8
Dividendos a pagar	19	105	175
Provisão de ressarcimento	16	8.661	12.594
Outros passivos		2.102	21
		<u>18.695</u>	<u>19.981</u>
Não circulante			
Financiamentos	14(a)	26.121	30.991
Obrigações com desmobilização de ativos	18	2.937	1.601
Provisão de ressarcimento	16	14.860	5.171
Provisões para litígios		25	-
Outros passivos		-	69
		<u>43.943</u>	<u>37.832</u>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>62.638</u></b>	<b><u>57.813</u></b>
Patrimônio líquido			
Capital social	21	43.914	38.255
Reservas de lucros		22.112	17.653
Dividendos adicionais propostos		-	659
Outros resultados abrangentes		(2.490)	(2.490)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>63.536</u></b>	<b><u>54.077</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>126.174</u></b>	<b><u>111.890</u></b>

**Eólica Brisa Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Reserva de Lucros				Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva de investimentos	Reserva legal					
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>38.255</b>	<b>6.177</b>	<b>328</b>	<b>(2.490)</b>	-	-	<b>42.270</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.920	11.920	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.920</b>	<b>11.920</b>	
<b>Destinação do resultado do exercício</b>									
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	10.552	-	-	-	(10.552)	-	
Constituição de reserva legal		-	-	596	-	-	(596)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(113)	(113)	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	659	(659)	-	
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>-</b>	<b>10.552</b>	<b>596</b>	<b>-</b>	<b>659</b>	<b>(11.920)</b>	<b>(113)</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>38.255</b>	<b>16.729</b>	<b>924</b>	<b>(2.490)</b>	<b>659</b>	<b>-</b>	<b>54.077</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.502	4.502	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.502</b>	<b>4.502</b>	
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>									
Aumento de capital	1.1.1(a)	5.000	-	-	-	-	-	5.000	
Integralização de capital	1.1.1(a)	659	-	-	-	(659)	-	-	
<b>Destinação do resultado do exercício</b>									
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	4.234	-	-	-	(4.234)	-	
Constituição de reserva legal	21(b)e(c)	-	-	225	-	-	(225)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	21(c)	-	-	-	-	-	(43)	(43)	
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>5.659</b>	<b>4.234</b>	<b>225</b>	<b>-</b>	<b>(659)</b>	<b>(4.502)</b>	<b>4.957</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>43.914</b>	<b>20.963</b>	<b>1.149</b>	<b>(2.490)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.536</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Considerações gerais

A Eólica Brisa Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), de capital fechado, foi constituída em 2008, situada da Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Tem como objetivo específico de geração e comercialização de energia elétrica, a partir de fonte eólica; além da implantação, administração e operação de centrais geradoras no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado Do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 35 anos contados a partir de fevereiro de 2014.

A Companhia é controlada diretamente REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A. e pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui outorga de geração de energia, na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, através da Portaria MME nº 152/2011, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Possui capacidade instalada de 22,0 MW e compõe o complexo eólico Cassino.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### 1.1.1 Principais eventos societários

##### (a) Movimentação de capital social

Em 10 de maio de 2025, a Companhia integralizou o capital social no montante de R\$ 659, mediante a reversão dos dividendos deliberados no período anterior, sem efeito caixa.

Em 25 de agosto de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 5.000, mediante a emissão de 181.951 ações, passando o capital social de R\$ 38.914 (dividido em 1.360.454 ações ordinárias) para R\$ 43.914 (dividido em 2.201.684 ações ordinárias).

#### 1.1.2 Principais eventos operacionais

##### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de abril de 2026.

### **2.2 Base de apresentação**

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

## Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras individuais, no montante de R\$ 7.549 (R\$ 9.308 em 31 de dezembro de 2024).

Para honrar esses compromissos, a Administração complementarará os recursos do ativo circulante com outras fontes de liquidez, como dividendos e recursos oriundos de subsidiárias, aportes dos controladores, além de ter amplo acesso ao mercado de capitais. A Administração entende que tais fontes, aliadas à capacidade recorrente de geração de caixa, asseguram a continuidade operacional no curso normal dos negócios.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Companhia

A Companhia e suas controladoras analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

### (b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

### Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

#### 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Imobilizado
16	Provisão de ressarcimento
18	Obrigações de desmobilização de ativos

#### 5 Receita

##### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

##### Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

**Leilão de Energia:** representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Fontes Alternativas (“LFA”).

**Contratos *wholesale*:** representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	2024
<b>Receita bruta</b>			
<b>Venda de energia</b>			
Leilão de Fontes Alternativas (LFA)		25.366	26.565
Contratos Wholesale		292	-
Provisão de ressarcimento	16	(9.649)	(3.337)
Energia de curto prazo – CCEE		3.381	526
		<u>19.390</u>	<u>23.754</u>
<b>Outras receitas</b>			
		<u>19.390</u>	<u>23.754</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(657)	(366)
ICMS sobre receitas operacionais		-	(1.767)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(118)	(101)
		<u>(775)</u>	<u>(2.234)</u>
<b>Receita líquida</b>			
		<u>18.615</u>	<u>21.520</u>

## 6 Custos e despesas

					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(3.605)	-	-	-	(3.605)	(550)
Encargos de uso da rede elétrica	(870)	-	-	-	(870)	(846)
Depreciação e amortização	-	(3.849)	-	-	(3.849)	(3.722)
<b>Materiais</b>						
Materiais	-	(35)	-	-	(35)	-
<b>Serviços</b>						
Serviços de operação e manutenção	-	(2.863)	-	-	(2.863)	-
Serviços de terceiros	-	(423)	(22)	-	(445)	(2.662)
Serviços de manutenção e conservação	-	(458)	-	-	(458)	-
<b>Outros</b>						
Aluguéis e arrendamentos	-	(467)	-	-	(467)	(82)
Seguros	-	(273)	-	-	(273)	(565)
Impostos, taxas e contribuições	-	(1)	(2)	-	(3)	(2)
Outros custos e despesas líquidas	-	(1)	(6)	-	(7)	-
<b>Demais (despesas) receitas</b>						
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(131)	(131)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	72	72	(5)
	<u>(4.475)</u>	<u>(8.370)</u>	<u>(30)</u>	<u>(59)</u>	<u>(12.934)</u>	<u>(8.434)</u>

## 7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		7.370	4.402
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	16	247	-
Outras receitas financeiras		-	594
		<u>7.617</u>	<u>4.996</u>
<b>Despesas financeiras</b>			
Juros sobre financiamentos	14(c)	(2.868)	(3.294)
Atualização monetária sobre financiamentos	14(c)	(899)	(342)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	16(c)	(758)	(405)
Apropriação dos custos de captações	14(c)	(287)	(287)
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações com desmobilização de ativos	18	(192)	(176)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(271)
Outras despesas financeiras		(68)	(260)
		<u>(5.072)</u>	<u>(5.035)</u>
		<u>2.545</u>	<u>(39)</u>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 100,77% do CDI (100,37% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
<b>Caixa</b>		
Caixa e bancos	2.526	435
	2.526	435
<b>Equivalentes de caixa</b>		
Quotas de fundos de investimentos (i)	1.234	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	3.121	4.614
	4.355	4.614
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	6.881	5.049

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

## 9 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração de 99,67% do CDI.

	2025	2024
<b>Aplicações financeiras</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	269	-
	269	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

## 10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração entre 100,06% do CDI.

	2025	2024
<b>Fundo de liquidez - Conta reserva</b>		
Circulante	-	1.970
Não circulante	58.015	42.016
	<b>58.015</b>	<b>43.986</b>

- (i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

## 11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	2025	Rating local 2024
AAA	65.165	49.035
	<b>65.165</b>	<b>49.035</b>

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 12 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

### (a) Composição

	2025	2024
Leilão de Fontes Alternativas (LFA)	1.974	1.830
Energia de curto prazo - CCEE	3	41
	<b>1.977</b>	<b>1.871</b>

### (b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	1.977	1.871
	<b>1.977</b>	<b>1.871</b>

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

## 13 Imobilizado

### Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide nota 18 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

### Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

**(a) Composição e movimentação**

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício					
Custo	88.823	19.353	1.303	109.479	109.443
Depreciação acumulada	(43.048)	(8.728)	-	(51.776)	(48.202)
Saldo líquido no início do exercício	45.775	10.625	1.303	57.703	61.241
Adições (i) e (ii)	-	-	1.085	1.085	5
Depreciação	(3.254)	(480)	-	(3.734)	(3.574)
Remensurações (Nota 18(a)) (iii)	1.144	-	-	1.144	-
Transferências	2.133	-	(2.133)	-	31
Saldo no final do exercício	45.798	10.145	255	56.198	57.703
Custo	92.100	19.353	255	111.708	109.479
Depreciação acumulada	(46.302)	(9.208)	-	(55.510)	(51.776)
Saldo líquido no final do exercício	45.798	10.145	255	56.198	57.703
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00			

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 1.059. A diferença no montante de R\$ 26 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 1.144 (Nota 18), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

**14 Financiamentos****Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

**(a) Composição**

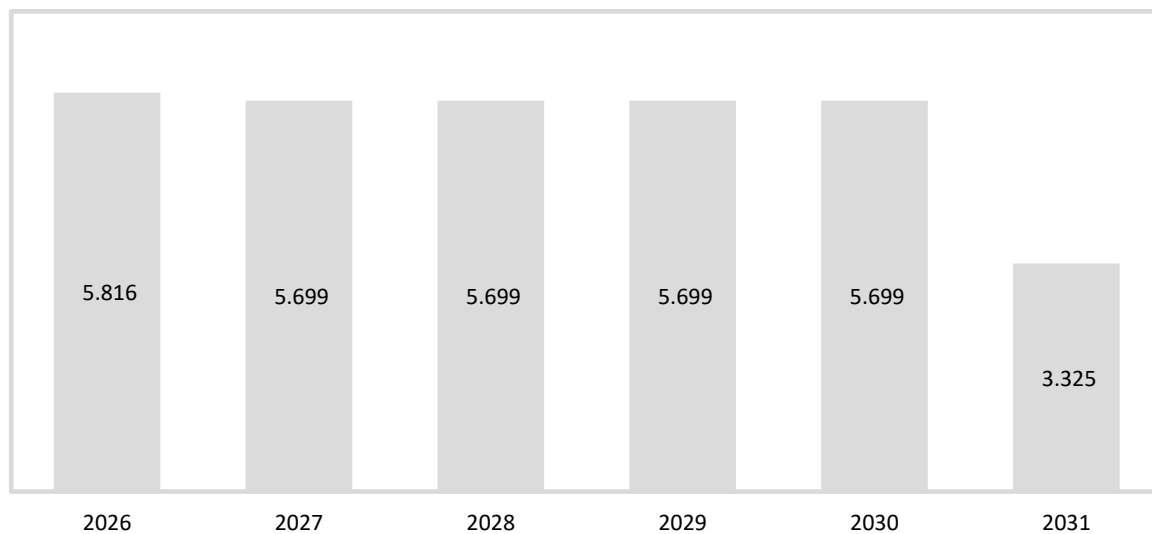
Consolidado										
2025										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDES	TJLP + 2,16%	5.987	(287)	116	5.816	27.439	(1.318)	26.121	31.937	28.568
		<b>5.987</b>	<b>(287)</b>	<b>116</b>	<b>5.816</b>	<b>27.439</b>	<b>(1.318)</b>	<b>26.121</b>	<b>31.937</b>	<b>28.568</b>

Consolidado										
2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDES	TJLP + 2,16%	5.838	(288)	126	5.676	32.596	(1.605)	30.991	36.667	36.667
		<b>5.838</b>	<b>(288)</b>	<b>126</b>	<b>5.676</b>	<b>32.596</b>	<b>(1.605)</b>	<b>30.991</b>	<b>36.667</b>	<b>36.667</b>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

**(b) Perfil de vencimento - consolidado**



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

**(c) Movimentação**

	2025	2024
Saldo no início do exercício	36.667	41.873
Provisões de juros (Nota 7)	2.868	3.294
Atualização monetária (Nota 7)	899	342
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	287	287
Juros pagos	(2.969)	(3.411)
Liquidações	(5.815)	(5.718)
Saldo no final do exercício	<u>31.937</u>	<u>36.667</u>

**(d) Condições restritivas**

Alguns contratos de financiamentos da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas.

**15 Fornecedores**

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	799	1.049
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas	19	14
	<u>799</u>	<u>1.063</u>

**16 Provisão de ressarcimento**

**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como

ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

**(a) Ressarcimento anual e quadrienal**

**Contratos de Leilão de Fontes Alternativas (LFA):**

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até –10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

**(b) Composição e movimentação**

	2025			2024
	Anual	Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	4.637	13.128	17.765	16.769
Provisão (reversão) (Nota 5)	6.744	2.905	9.649	3.337
Pagamentos (i)	(4.003)	(401)	(4.404)	(2.746)
Atualização monetária (Nota 7)	31	480	511	405
Saldo no final do exercício	<b>7.409</b>	<b>16.112</b>	<b>23.521</b>	<b>17.765</b>
Circulante	665	7.996	8.661	12.594
Não Circulante	6.744	8.116	14.860	5.171
	<b>7.409</b>	<b>16.112</b>	<b>23.521</b>	<b>17.765</b>

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, posteriormente consolidada, sem alterações, pela REN 1030/2022, regulamentando a metodologia de cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. A regulamentação também definiu as condições necessárias para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do constrained-off eólico, abrangendo eventos de restrição de geração anteriores a outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período “provisório”, limitado aos eventos de janeiro de 2018 a setembro de 2021. As reapurações ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024.

Em 12 de setembro de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que adicionou à REN 1.030/2022 diretrizes análogas às aplicadas às usinas eólicas, porém destinadas à apuração e pagamento do constrained-off para as usinas solares. Essa norma também estabeleceu um período transitório relativo aos eventos ocorridos antes de abril de 2024 para as usinas de fonte solar.

Entretanto, os pagamentos foram suspensos em julho de 2024 devido à ausência de regras de comercialização específicas para o período “definitivo” do constrained-off eólico, relativo aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109/2024, derivada da Consulta Pública nº 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização aplicáveis ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE publicou o Comunicado CO 372/25, estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos dos CERs e CCEARs associados ao constrained-off de usinas eólicas, à luz da metodologia definitiva.

Em 25 de Novembro de 2025, foi publicada a Lei 15.269/2025, originada da Medida Provisória nº 1.304/2025, instituindo um “acordo” para os ressarcimentos por constrained-off exigidos por usinas eólicas e solares no período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Conforme previsto na lei, esse acordo será formalizado por meio de um Termo de Compromisso firmado entre o Poder Concedente e os agentes de geração afetados, sendo que os ressarcimentos serão custeados por montantes financeiros devidos por geradores com desvios negativos de geração nos Contratos de Energia de Reserva (CER) e nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). A minuta do Termo passou por Consulta Pública aberta pelo MME ainda em 2025.

O cronograma publicado no CO 372/25 foi posteriormente revisado pelo CO 937/2025, em 15 de dezembro de 2025. No entanto, em 30 de dezembro de 2025, diante da iminente abertura da Consulta Pública do MME relativa ao Termo de Compromisso, a CCEE publicou o CO 971/25 suspendendo esses ressarcimentos até a publicação de nova regulamentação.

A Consulta Pública MME nº 210/2025, voltada à discussão do referido Termo de Compromisso, foi aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026. Até o momento, não houve desfecho por parte do MME, de modo que os ressarcimentos previstos no CO 971/25 permanecem suspensos, aguardando a definição regulatória.

No contexto desta Consulta Pública e da complexidade da matéria, mesmo diante do comunicado de suspensão da CCEE, o MME encaminhou carta à ANEEL solicitando avaliação sobre a suspensão supracitada. Diante disso, foi instaurado processo cautelar, aprovado e formalizado por meio do despacho nº 148/2026, publicado pela ANEEL em 26 de janeiro de 2026.

Apesar de a suspensão ter sido estabelecida por período limitado, há percepção de que esse prazo poderá ser prorrogado até a definição das condições decorrentes da Consulta Pública do MME, de modo que os recursos possam ser direcionados à cobertura dos custos de compensação dos geradores.

## **17 Provisões para litígios**

### **Política contábil**

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 25.

**(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 97.

**18 Obrigações com desmobilização de ativos**

**Política contábil**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

**(a) Composição e movimentação**

	<b>Desmobilização de ativos</b>	<b>(-) Ajuste a valor presente</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldo no início do exercício	7.273	(5.672)	1.601	1.425
Atualização monetária	129	-	129	176
Remensuração (Nota 13(a)) (i)	2.930	(1.786)	1.144	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	63	63	-
Saldo no final do exercício	<b>10.332</b>	<b>(7.395)</b>	<b>2.937</b>	<b>1.601</b>
Não circulante	10.332	(7.395)	2.937	1.601
	<b>10.332</b>	<b>(7.395)</b>	<b>2.937</b>	<b>1.601</b>

**(i)** Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

## 19 Partes relacionadas

### Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

### (b) Composição

	Ativo		Passivo		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Adiantamento a fornecedores</b>						
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	519	-	-	-	-	-
	<b>519</b>	-	-	-	-	-
<b>Fornecedores - compras</b>						
Auren Operações S.A. (Nota 15)	-	-	-	14	-	-
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	540
	-	-	-	<b>14</b>	-	<b>540</b>
<b>Dividendos a pagar</b>						
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.	-	-	105	175	-	-
	-	-	<b>105</b>	<b>175</b>	-	-
	<b>519</b>	-	<b>105</b>	<b>189</b>	-	<b>540</b>

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 3.274 (R\$ 1.127 em 31 de dezembro de 2024).

	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais) (i)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	18.988	18.988	7.617	7.617
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>1.519</b>	<b>2.279</b>	<b>7.617</b>	<b>7.617</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
Outros	413	160	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>769</b>	<b>365</b>	<b>1.904</b>	<b>686</b>

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais) (i)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	21.992	21.992	2.615	2.615
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>1.759</b>	<b>2.639</b>	<b>2.615</b>	<b>2.615</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	(9)	10	-	-
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>405</b>	<b>247</b>	<b>654</b>	<b>235</b>
Diferido	(269)	(145)	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>136</b>	<b>102</b>	<b>654</b>	<b>235</b>

(i) Neste montante, está contemplado a parcela de realização da atualização monetária de ressarcimento.

## 21 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da companhia é de R\$ 43.914 (R\$ 38.255 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 2.201.684 ações ordinárias e sem valor nominal (1.360.454 ações ordinárias e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024).

### (b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

### (c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.502</b>	<b>11.920</b>
	<b>4.502</b>	<b>11.920</b>
Reserva legal - 5%	(225)	(596)
<b>Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)</b>	<b>4.277</b>	<b>11.324</b>
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 1% conforme estatuto	(43)	(113)
<b>(=) Saldo de lucros acumulados</b>	<b>4.234</b>	<b>11.211</b>
(-) Reserva estatutária de investimento	(4.234)	(11.211)
	-	-

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia realiza a destinação do resultado com 1% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 43, reconhecido em dividendos a pagar.

## **22 Instrumentos financeiros e gestão de risco**

### **22.1 Instrumentos financeiros por categoria**

#### **(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

##### **(i) Custo amortizado**

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

##### **(ii) Valor justo por meio do resultado**

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### **(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
<b>Ativos</b>			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 12)		1.977	1.871
		1.977	1.871
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i)	2	4.355	4.614
Aplicações financeiras (i)	1	269	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)	1	58.015	43.986
		62.639	48.600
		<b>64.616</b>	<b>50.471</b>
<b>Passivos</b>			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (ii) (Nota 14)		31.937	36.667
Fornecedores (Nota 15)		799	1.063
Dividendos a pagar		105	175
Provisão de Ressarcimento (Nota 16)		23.521	17.765
		<b>56.362</b>	<b>55.670</b>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

## 22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

**(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Financiamentos (i)	8.149	14.868	12.953	3.417	39.387
Fornecedores	799	-	-	-	799
	<b>8.948</b>	<b>14.868</b>	<b>12.953</b>	<b>3.417</b>	<b>40.186</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Financiamentos (i)	8.765	16.589	22.269	3.931	51.554
Fornecedores	1.063	-	-	-	1.063
	<b>9.828</b>	<b>16.589</b>	<b>22.269</b>	<b>3.931</b>	<b>52.617</b>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**(c) Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

**(d) Risco socioambiental**

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**(e) Risco em renováveis não-hídricas**

**(i) Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores

climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

**(ii) Constrained-off de usinas eólicas**

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

**(f) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

## 22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado						
			Cenário I			Cenários II & III			
			Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	62.639	-72,92bps*	(457)	(2.333)	(4.667)	2.333	4.667	
TJPL 9,07%	Financiamentos (i)	33.542	11bps*	(37)	761	1.521	(761)	(1.521)	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

\* bps - basis point